

# **ANEXO VII**

**NOTA TÉCNICA Nº 07/2013**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO**  
**PARANÁ**

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ – SESA  
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – SVS

Nota Técnica nº 07/2013 – DVVSA/CEVS/SVS/SESA – 1º de julho de 2013.

Nota técnica da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná sobre a competência da vigilância sanitária estadual e municipal nos estabelecimentos e produtos de origem animal no Estado do Paraná.

Considerando demanda do Ministério Público para ações sobre matadouros aos órgãos de saúde;

Considerando as constantes dúvidas sobre a competência administrativa entre os órgãos de agricultura e saúde em ações de inspeção e fiscalização sobre estabelecimentos e produtos de origem animal no Estado do Paraná;

Considerando a competência das ações de saúde e da vigilância sanitária prevista na Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8080/90, e o avanço do marco regulatório de inspeção e fiscalização sanitária de produto de origem animal;

Considerando que historicamente ocorreram dificuldades operacionais do sistema de inspeção nos órgãos de agricultura, e diante das demandas locais e os riscos a saúde, impuseram aos órgãos de saúde descentralizados a ocuparem temporariamente as lacunas principalmente nos pequenos municípios;

Considerando o avanço das normas regulamentadoras, do processo de descentralização dos serviços de inspeção de produtos de origem animal e em consonância com sistema federativo, a secretaria da Saúde do Estado do Paraná expressa o posicionamento através desta Nota Técnica sobre a competência nas ações da saúde sobre matadouros e similares com a finalidade de evitar a duplicidade de fiscalização nestes estabelecimentos.

#### 1) Da fundamentação

O processo de descentralização do sistema de inspeção sanitária de produto de origem animal ocorreu com a Lei nº 7.889/89 que alterou a Lei nº 1.283/50, e fixou a competência entre os três entes da federação, nos seguintes termos:

*Art. 4º São competentes para realizar a fiscalização de que trata esta Lei:*

*a) o Ministério da Agricultura, nos estabelecimentos mencionados nas alíneas a, b, c, d, e, e f, do art. 3º, que façam comércio interestadual ou internacional;*

*b) as Secretarias de Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos estabelecimentos de que trata a alínea anterior que façam*

*comércio intermunicipal.*

c) as Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Municípios, nos estabelecimentos de que trata a alínea a desde artigo que façam apenas comércio municipal

d) os órgãos de saúde pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos estabelecimentos de que trata a alínea g do mesmo art. 3º.

A edição da Lei nº 1.283/50 possibilitou aos Estados e Municípios criarem serviços de inspeções, e previamente indicaram a competência dos órgãos em cada instância. Nos Municípios definiram que as Secretarias ou Departamentos de Agriculturas a competência para realizar fiscalização conforme o disposto no art. 3º, alínea "a": *"nos estabelecimentos industriais especializados e nas propriedades rurais com instalações adequadas para a matança de animais e o seu preparo ou industrialização, sob qualquer forma, para o consumo"*; E ao órgão da saúde a competência para realização fiscalização nas casas atacadistas e nos estabelecimentos varejistas (Lei nº 1.283/50, art. 3º "g").

Em 1991 através da Lei nº 8.171 foi criado o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e como parte, o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Os participantes deste sistema, conforme atribuição serão os entes da federação (União, Estados e Municípios) na condição de instâncias.

No Decreto nº 5.741/06 são regulamentados e estabelecidos os princípios e atribuições. As inspeções e fiscalização de produto de origem animal são de competência do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (art. 1º, IV). Define que o Sistema desenvolverá permanentemente, entre outras, as atividades de inspeção e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduo de valor econômico.

Do mesmo Decreto, identifica a área municipal como unidade geográfica básica (art. 3º), e que no art. 6º estabelece que estas regras deverão ser cumpridas pelos demais participantes do Sistema, tanto no cumprimento dos controles oficiais, qualidade e segurança dos produtos de origem animal. No art. 9º define o grau de responsabilidade das três instâncias, sendo que os locais responderão pela execução de ações de interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, no âmbito de sua atuação, nos termos das legislações federal, estaduais, distritais ou municipais pertinentes. Desta forma, impede que cada ente edite normas ou procedimentos alheio ao Sistema. No parágrafo 6º (art.9º) impõe atribuições às autoridades das três instâncias cujas atividades devem ser realizadas (e asseguradas) com eficácia e adequação dos controles oficiais. Estas autoridades devem ser revestidas de poderes legais para efetuar os controles oficiais e as medidas de cumprimento da legislação deste sistema (legitimidade/poder de polícia).

O art. 10 do Decreto nº 5.741/06 impõe as três instâncias a garantia pelos controles oficiais, sendo que o art. 11 exige destas autoridades a verificação do cumprimento da legislação deste sistema, e caso haja violação, respalda competência para as medidas adequadas (§ 3º).

Caberá aos Estados como instância intermediária às medidas necessárias para garantir que os processos de controle sejam efetuados de modo equivalente em todos os Municípios e instâncias locais, conforme prevê o art. 21 do Decreto nº 5.741/06. Reforça esta vinculação o descrito no art. 23 do diploma legal, que estabelece a vinculação da instância local à intermediária, na forma definida pelo Ministério da Agricultura, como instância central e superior.

A metodologia de trabalho sobre a inspeção e produtos de origem animal está regulado no capítulo X do Decreto nº 5.741/06. No artigo 142 do Decreto cita que a inspeção higiênico-sanitária, tecnológica e industrial dos produtos de origem animal é da competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e a sujeição a esta norma de todos aqueles que produzem este tipo de produtos.

No ordenamento jurídico do Estado do Paraná, a Lei nº 10.799/94 alterada parcialmente pela Lei nº 16531/2010 regulamenta a inspeção de produto de origem animal. No artigo 9º distribui competências ao órgão da agricultura e da saúde, tanto no âmbito do Estado e dos municípios, e estabelece a proibição de duplicidade de inspeção e/ou fiscalização sanitária (art. 10). Nas combinações a partir do art. 9º c/c os artigos 7º e 8º competirá ao órgão estadual da agricultura a execução das atividades regulamentares com relação aos estabelecimentos, transporte de produtos de origem animal (POA), inspeção sanitária e industrial dos estabelecimentos de POA (art. 2º), registro de estabelecimentos e produtos. No âmbito municipal, ao departamento ou Secretaria competente que possuem as mesmas funções das estaduais (agricultura e saúde). Na instância local ou municipal, fica mais clara a competência pela lei federal que criou o sistema nacional de inspeção.

O artigo 9º, III da Lei nº 10.799 relaciona a competência aos órgãos de saúde, que além das atividades inerentes a vigilância sanitária (c) a execução de acordo com a sua própria competência, desde que não sejam as mesmas funções por impedimento do art. 10 (duplicidade).

## 2. CONCLUSÃO:

Com a edição da Lei nº 7.889/89 que alterou a Lei nº 1.283/50 possibilitou o processo de descentralização do sistema de inspeção sanitária de produto de origem animal, e a repartição de competência entre os três entes da federação. A essência da Constituição Federal de 1988 é a forma federativa de Estado.

E no sentido federativo de Estado, o marco regulatório do sistema de inspeção avançou com a criação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal através da Lei nº 8.171/91 e regulamentada pelo Decreto nº 5.741/2006. Foram estabelecidas responsabilidades, competências e atribuições entre os entes da federação e dos órgãos da agricultura e da saúde tanto no âmbito da União, dos Estados como nos municípios.

O marco regulatório da vigilância sanitária é constituído inicialmente pela norma constitucional e prevista no artigo 200, e as atribuições, conceito e competência regulados na Lei nº 8.080/90, e o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária na Lei nº 9.782/99.

No Estado do Paraná as normas acompanharam hierarquicamente o sistema e da mesma forma foram definidas as competências entre o Estado e os municípios, bem como as atribuições dos órgãos da agricultura e da saúde nas duas instâncias.

Assim, é deste entendimento que a leitura que se faz da integração da Lei nº 7.889/89 que alterou a Lei nº 1.283/50 e a Lei nº 8.171/91 e o Decreto nº 5.741/06 no âmbito nacional e no Estado do Paraná através da Lei nº 10.799/94 alterada parcialmente pela Lei nº 16.531/2010 estabeleceu a competência as três instâncias e também aos órgãos da agricultura direcionada ao abate e produção de produtos de origem animal e a saúde em toda a comercialização (varejo). O Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal fixou e estabeleceu a hierarquia legislativa entre as instâncias, a competência administrativa entre os entes e a sujeição dos

participantes ao fiel cumprimento destes regulamentos. A inspeção sanitária local está sujeita hierarquicamente ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, e na primeira ordem a instância intermediária.

**Feitas estas considerações, a presente nota técnica expressa a posição que não compete aos órgãos de saúde e a vigilância sanitária, a inspeção e a fiscalização sanitária em estabelecimentos de abates e de indústria de produtos de origem animal nas três instâncias da federação, salvo as atribuições não coincidentes com a duplicidade de fiscalização como a saúde do trabalhador (conforme Constituição Federal de 1988 – art.200 e Lei nº 8080/90 – art.6º), a saúde ambiental (Código de Saúde do Paraná - Lei nº 13331 e Decreto nº 5711), aquelas não peculiares à atividade principal e relacionada às acessórias se houver (refeitório, cantina e afins do estabelecimento) e a da inspeção do comércio dos produtos de origem animal no atacado e no varejo.**

#### REFERÊNCIAS :

1. Constituição Federal de 1988 – de 05 de outubro de 1988.
2. Lei Federal nº 8080 – de 19 de setembro de 1990.
3. Lei Federal nº 7889 – de 23 de novembro de 1989.
4. Lei Federal nº 1283 – RIISPOA – de 18 de dezembro de 1950.
5. Lei Federal nº 8171 – de 17 de janeiro de 1991.
6. Decreto Federal nº 5741 – de 30 de março de 2006.
7. Lei Estadual nº 10.799 – de 24 de maio de 1994.
8. Lei Estadual nº 16.531 – de 23 de junho de 2010.
9. Lei Federal nº 9782 – de 26 de janeiro de 1999.
10. Código de Saúde do Paraná.

#### ELABORADA POR :

- Sergio T. Eko – médico-veterinário -  
Regional de Saúde/SESA – Umuarama/PR

12ª

#### CONTRIBUIÇÕES :

- DVVSA/CEVS/SVS/SESA
- CEST/SVS/SESA